

Feon. Bras. Governo não vê queda na demanda

por Claudia Safatle
de Brasília

A área econômica do governo analisa a conjuntura de duas maneiras: do ponto de vista qualitativo, há "uma enorme chiadeira" contra as taxas de juro e alerta com relação a uma queda abrupta no nível de atividade; olhando os dados e fazendo uma avaliação puramente quantitativa, a demanda parece continuar de vento em popa. O quadro ainda é nebuloso, portanto, e não permitiria nenhuma ousadia do governo no afrouxamento da política monetária.

Os números de alguns indicadores instantâneos com que trabalha o governo, como consultas ao Telecheque e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), mostram a seguinte situação: nos dezessete dias úteis de maio (portanto, até o dia 22), as consultas ao SPC (vendas a crédito) aumentaram 37,5% ante maio de 1994 e as ao Telecheque (vendas a vista) cresceram 10,5% sobre o mesmo período do ano passado.

Em relação a abril último, a combinação dos dois indicadores representou um aumento de 5,3% (na média diária sobre o mesmo período do mês passado). Esses dados evidenciariam que as vendas continuam aquecidas no comércio, mas houve uma mudança em relação ao que vinha ocorrendo até abril, com mais vendas a vista. Isso porque os indicadores relativos ao Telecheque, que foram negativos de janeiro a abril deste ano, passaram a um crescimento importante nos primeiros dezessete dias úteis de maio.

Foi com base nessa avaliação que o presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, foi extremamente cauteloso nos dois últimos dias: anunciou aos parlamentares, que foram até o Banco Central pedir redução de juros, que estes seriam reduzidos, mas não foram. Ontem, depois de ter dito no dia anterior que flexibilizaria um pouco o sistema do recolhimento compulsório dos bancos no Banco Central, divulgou uma medida, através da circular

(Continua na página A-3)

28 MAI 1995

28 MAI 1995

28 MAI 1995

Governo não vê queda na...

Cont. 29

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da página A-1)
nº 2575, de alcance superlimi-
tado.

A circular, aprovada pela diretoria do BC, permite que os bancos renegociem com seus clientes inadimplentes — cujos créditos já estejam inscritos como créditos em liquidação no balancete de 30 de abril passado, ou sejam objeto de cobrança judicial, ou já estejam em protesto — novos prazos para pagamento.

Para melhorar a vida dos inadimplentes, o banco poderá estender o prazo de pagamento para além de 90 dias, ficando, assim, livre do limite de três meses estabelecidos pela resolução 2118, para todas as operações de crédito. O produto da renegociação, embora seja uma operação nova, não estará sujeito ao depósito compulsório de 15% que incide sobre todas as operações ativas das instituições financeiras.

Os parlamentares que foram almoçar com Arida na última terça-feira saíram satisfeitos com a atitude imediata do presidente do BC: comunicou a redução de 4,25% para 4,04% das taxas de juros (over/Selic). Como junho tem um dia útil a menos do que maio, foi possível ao presidente do BC mencionar uma taxa básica inferior a de maio sem alterar efetivamente o juro.

Os indicadores de demanda ainda estão nebulosos para o BC abrir mão do rigor monetário. No entendimento dos técnicos especialistas em avaliação de conjuntura, existem alguns sinais de que estaria havendo um desaquecimento da demanda. Mas são sinais tênues e conflitantes.

Os dados da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) apontam para uma queda de 0,08% e de 0,04% no nível de emprego na primeira e segunda semana

de maio, respectivamente, perfazendo, assim, uma redução de 0,12% sobre o estoque de empregos em 30 de abril passado.

A indústria está com menos encomendas do que estava no mês anterior, mas isso não seria, para os técnicos, um sinal de recessão. O que ocorreu, dizem, foi que o comércio preparou-se para um super Dia das Mães, com encomendas semelhantes a que fizeram no Natal passado, mas as vendas foram dentro do padrão sazonal. Hoje, com bons estoques, o comércio estancou as encomendas à indústria, que está se ressentindo disso. O que não se sabe é se isso é um contra-tempo passageiro ou se pode indicar uma queda efetiva no nível de atividade econômica.

“Nesses dias, o que está havendo é uma ‘over-reaction’, uma antecipação do que ainda está por vir, mas não estamos constatando uma

queda no nível de vendas”, disse um economista qualificado do Ministério da Fazenda. O máximo que os técnicos arriscam dizer é que a demanda parou de crescer, mas ainda não caiu. Pelo menos, não caiu de maneira sensível para mudar a trajetória dos indicadores.

A inadimplência, esta sim, parece que sofreu uma queda substancial. Segundo informações passadas pela Associação Comercial de São Paulo ao Ministério da Fazenda, o nível de inadimplência da pessoa física, medida pelos carnês de prestações em atraso, teria tido uma redução de 49% nos primeiros 21 dias de maio sobre o mesmo período de abril. “Isso mostra apenas que o comércio está sendo mais seletivo nas vendas a prazo”, diz um técnico.